

# O NOMEAR E A NECESSIDADE

SAUL A. KRIPKE



«[...] quando estas palestras foram publicadas pela primeira vez [...] todos ficaram furiosos ou exaltados ou simplesmente perplexos. Ninguém ficou indiferente. Esta bem-vinda republicação num volume separado (com um novo e útil prefácio, mas sem alterações substanciais) oferece-nos a oportunidade de voltar a olhar para um clássico moderno e de dizer algo sobre as razões por que foi considerado tão chocante e libertador.»

RICHARD RORTY  
*London Review of Books*

«[...] brilhante e muito influente [...] impõe-se como uma obra de filosofia impressionante e duradoura, distinguindo-se pela sua abrangência, clareza e profundidade.»

COLIN MCGINN  
*Times Higher Education Supplement*

«À distância de quarenta anos, parece-me seguro dizer que *O Nomear e a Necessidade* tem lugar reservado entre as principais obras da filosofia do século XX.»

RICARDO SANTOS  
*in Introdução à tradução portuguesa*

Este clássico da filosofia contemporânea está, há muito, traduzido para praticamente todas as línguas ditas cultas. Com esta tradução, os leitores de língua portuguesa passam também a ter acesso a uma obra cuja influência filosófica não tem parado de aumentar. A presente tradução obedeceu a elevados critérios de rigor científico e académico, sendo acompanhada por uma útil introdução do Professor Ricardo Santos (Universidade de Évora), que visa orientar o leitor menos familiarizado com esta obra seminal na discussão das principais ideias aí contidas, contextualizando-as filosoficamente e apontando algumas das suas principais implicações. *O Nomear e a Necessidade* destina-se a todos os leitores, estudiosos ou não, que valorizam o conhecimento dos grandes clássicos da filosofia.

«De mim não aprendereis filosofia, mas antes como filosofar, não aprendereis pensamentos para repetir, mas antes como pensar.»

IMMANUEL KANT

ISBN: 978-989-616-508-6



9 789896 165086

FILOSOFIA ABERTA

SAUL A. KRIPKE

# O NOMEAR E A NECESSIDADE

INTRODUÇÃO

RICARDO SANTOS

TRADUÇÃO

RICARDO SANTOS E TERESA FILIPE

gradiva

## Introdução à edição portuguesa

Saul Kripke nasceu em Nova Iorque em 1940 e é um dos mais criativos e influentes filósofos analíticos do nosso tempo. *O Nomear e a Necessidade* é a sua obra mais conhecida. Juntamente com o artigo «Identity and Necessity»<sup>1</sup> (uma apresentação mais resumida das mesmas ideias), trata-se da sua obra de estreia como filósofo. É baseada em três palestras que proferiu na Universidade de Princeton em Janeiro de 1970. Kripke tinha então 29 anos e já firmara uma reputação como lógico brilhante, graças à publicação de trabalhos importantes sobre lógica modal, lógica intuicionista e teoria da recursão.

<sup>1</sup> Originalmente publicado em *Identity and Individuation*, ed. por Milton K. Munitz, Nova Iorque: New York University Press, 1971, pp. 135-164. Reimpresso como Capítulo 1 em: Saul A. Kripke, *Philosophical Troubles: Collected Papers, Volume I*, Nova Iorque: Oxford University Press, 2011, pp. 1-26. Este artigo baseia-se numa palestra dada por Kripke na Universidade de Nova Iorque cerca de um mês depois das palestras de Princeton.

Foi durante a sua adolescência, nos anos cinquenta, que Kripke se interessou pela lógica modal — a lógica do necessário e do possível, que procura formalizar o raciocínio correcto acerca das relações entre a maneira como as coisas *são*, a maneira como elas *têm de ser* e as diferentes maneiras como *poderiam ser*. Aos 18 anos, era estudante de licenciatura na Universidade de Harvard quando conseguiu a proeza de publicar, no prestigiado *Journal of Symbolic Logic*, um artigo com uma demonstração de completude para a lógica modal. A época era ideal para um jovem talentoso alimentar um interesse por lógica modal: tratava-se de um ramo da lógica matemática moderna que estava naquele preciso momento a desenvolver-se, acompanhado de uma discussão filosófica muito acesa acerca do possível uso ou das possíveis interpretações dos sistemas formais propostos. Os principais intervenientes eram Rudolf Carnap, W. V. Quine e Ruth Barcan Marcus. Carnap e Marcus foram os primeiros a publicar, nos anos 1946-47, sistemas axiomáticos de lógica modal quantificada (quer dizer, sistemas que combinavam a já bem conhecida lógica de predicados com a lógica modal proposicional de C. I. Lewis). E Carnap tentou recuperar a ideia leibniziana de conceber as verdades necessárias como verdades *em todos os mundos possíveis*, para lançar as bases de uma semântica formal para esta nova lógica. Mas Quine, professor em Harvard, era muito crítico do empreendimento e considerava que o projecto de uma tal lógica pouco valor teria. Segundo Quine, a lógica modal violava um princípio básico de raciocínio e, por isso, não seria possível dar-lhe uma interpretação que fizesse realmente sentido e que a tornasse uma teoria aplicável.

Neste debate, Kripke ocupava uma posição intermédia. Por um lado, como Carnap, Marcus e muitos outros, acreditava na possibilidade de desenvolver

uma lógica modal madura, com um sistema dedutivo e uma semântica formal em harmonia entre si, e com uma interpretação intuitivamente aceitável. Ele próprio trabalhava nesse sentido e, em artigos que publicou entre 1959 e 1965, acabou por contribuir decisivamente (em conjunto com Stig Kanger, Richard Montague e Jaakko Hintikka) para a criação da chamada «semântica dos mundos possíveis», que se impôs como a semântica canónica para a lógica modal. Mas, por outro lado, reconhecia a importância das objecções de Quine. O princípio invocado por Quine, geralmente conhecido por princípio da indiscernibilidade dos idênticos (ou «lei de Leibniz»), diz que se  $x$  e  $y$  são o mesmo objecto, tudo o que for verdadeiro de  $x$  será também verdadeiro de  $y$ . Aparentemente, uma das coisas que é verdadeira de qualquer  $x$  é ser necessariamente idêntico a  $x$  (pois todos os objectos são necessariamente idênticos a si próprios). Daqui segue-se que *ser necessariamente idêntico a  $x$*  é uma propriedade que  $y$  também tem, já que  $x$  e  $y$  são o mesmo. Ou seja, aquele princípio tem como consequência que todas as identidades são necessárias: qualquer afirmação de identidade, se for verdadeira, será necessariamente verdadeira. Mas, ao que parece, muitas identidades são contingentes. Um exemplo disso é o que foi celeberrimamente dado por Gottlob Frege, da identidade entre Héspero e Fósforo. O facto de a primeira «estrela» visível à tarde ser a mesma que a última «estrela» visível de manhã e o facto de ambas serem afinal o planeta Vénus correspondem a descobertas empíricas feitas pelos astrónomos e, por isso, deve tratar-se de verdades contingentes, pois, como dizia Kant, a experiência ensina-nos que as coisas são de uma certa maneira, mas não que não possam ser de maneira diferente. Um segundo exemplo, dado por Quine, contrasta a identidade « $9 = 5 + 4$ » (uma verdade necessária, conhecida

a priori) com a identidade «9 = o número de planetas do sistema solar» (uma verdade obviamente contingente, já que o sistema solar poderia ter menos, ou mais, planetas do que efectivamente tem)<sup>2</sup>. Um terceiro exemplo, sobre o qual Kripke se interessou especialmente, é o da identidade, defendida pelos materialistas como identidade contingente, entre uma pessoa e o seu corpo, ou entre os estados mentais de uma pessoa e os estados físicos do seu cérebro. Kripke considerava que exemplos como estes revelavam uma dificuldade real, que precisava de ser respondida.

Em Fevereiro de 1962, Ruth Marcus visitou Harvard e participou num encontro apresentando o artigo «Modalities and Intensional Languages». Quine leu um comentário que veio a ser publicado com o título «Reply to Professor Marcus». Seguiu-se uma discussão em que também participaram Kripke, Føllesdal e McCarthy. Esta discussão foi gravada, posteriormente transcrita, revista pelos diversos intervenientes e publicada num volume da revista *Synthese*<sup>3</sup>. A participação de Kripke nesta discussão revela bem a posição

<sup>2</sup> Em 2006, a União Astronómica Internacional estipulou uma nova definição de «planeta», de acordo com a qual Plutão deixou de contar como planeta. Passou então a considerar-se que o sistema solar tem oito planetas. A causa próxima desta revisão da classificação tradicional foi a descoberta de Éris, um corpo esférico que também orbita o Sol e que é maior do que Plutão. Éris e Plutão integram agora o grupo dos «planetas anões».

<sup>3</sup> Os textos de Marcus e de Quine foram publicados em *Synthese*, 13 (1961), pp. 303-322 e 323-330. A transcrição da discussão foi publicada em *Synthese*, 14 (1962), pp. 132-143. Posteriormente, foram incluídos nas colectâneas: W. V. Quine, *The Ways of Paradox and Other Essays*, ed. rev., Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1976, pp. 177-184, e R. B. Marcus, *Modalities*, Nova Iorque: Oxford University Press, 1993, pp. 3-23 e 24-35. Kripke menciona a sua presença nesta discussão na última parte da segunda palestra (cf. pp. 162 e ss.).

intermédia descrita no parágrafo anterior. E revela também um elemento novo: o seu interesse pela sugestão feita por Quine de que, para ultrapassar a sua objecção e conseguir dar uma interpretação intuitiva às fórmulas válidas do sistema, talvez o lógico modal deva adoptar o essencialismo, isto é, a perspectiva filosófica tradicional segundo a qual as propriedades que um objecto tem se dividem em propriedades essenciais (necessárias) e propriedades acidentais (contingentes)<sup>4</sup>. Em *O Nomear e a Necessidade*, a sugestão será plenamente aceite.

Com este pano de fundo, Kripke dedicou-se intensamente, a partir do ano académico 1963-64, às questões filosóficas suscitadas pelo problema de interpretar intuitivamente a lógica modal quantificada. O modo como resolveu o problema de Quine, embora tenha recolhido o contributo e a influência de muitos outros investigadores (como Marcus, Prior, Smullyan, Føllesdal, Hintikka, Putnam e Kaplan), é extraordinariamente original e muito rico em consequências para diversas áreas do pensamento filosófico. Kripke concluiu que, apesar de todas as aparências, não existem identidades contingentes. Muitos objectos poderiam ser bastante diferentes do que realmente são, mas nenhum objecto poderia não ser ele próprio. Aristóteles poderia não ter sido professor de Alexandre, o Grande, poderia não ter sido aluno de Platão, poderia até não ter sido filósofo — mas não poderia não ser Aristóteles. E isso em nada mudaria, caso Aristóteles tivesse dois

<sup>4</sup> Na discussão, Quine afirma: «I think essentialism, from the point of view of the modal logician, is something that ought to be welcome» (em Marcus, *Modalities*, op. cit., p. 30). No entanto, ele próprio considerava que o essencialismo era uma perspectiva inaceitável, por razões que explicitou em *Word and Object*, Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 1960, pp. 199-200.

nomes diferentes, como aconteceu, por exemplo, com Cícero, que também se chamava «Túlio». Cícero é Túlio, ou seja, eles são a mesma pessoa — e não é possível que fossem pessoas distintas. Do mesmo modo, defende Kripke, também não é possível uma situação em que Héspero não fosse Fósforo. Muitas pessoas, no entanto, julgam que a identidade «Héspero = Fósforo» é contingente. O que elas concebem, quando formulam esse juízo, é, por exemplo, uma situação em que o último corpo celeste visível de manhã (nas épocas apropriadas do ano) não é Héspero, mas sim algum outro corpo. Mas isso, se pensarmos bem, não é uma situação em que Héspero não seria Fósforo. O que se trata é de uma situação em que Héspero — ou seja, Fósforo — não seria visível de manhã na posição em que costumamos observá-la.

Contudo, não foi a identidade «Héspero = Fósforo» uma descoberta empírica? Sim, foi; só que daí não se segue que seja contingente. Ao contrário do que toda a gente parece pensar, pelo menos desde Kant, Kripke afirma que a distinção empírico/*a priori* nem sempre coincide com a distinção contingente/necessário. A primeira é de natureza epistemológica, dizendo respeito ao modo como podemos chegar ao conhecimento das coisas, enquanto a segunda é de natureza metafísica, dizendo respeito ao modo como as próprias coisas são, às propriedades ou características que fazem parte da sua essência, por oposição àquelas que são apenas acidentais ou contingentes — ou seja, propriedades que as coisas têm no mundo real (ou actual), mas não têm noutros mundos possíveis. Fica assim aberta a porta para a existência de verdades *a priori* contingentes e de verdades *a posteriori* necessárias. Como exemplo das primeiras, Kripke dá a afirmação de que a barra de platina que está conservada em Paris, e que foi adoptada como metro-padrão, tem um metro de comprimen-

mento. Na sua perspectiva, uma pessoa para quem o termo «um metro» se defina como o comprimento daquela barra saberá *a priori*, por meio da própria definição, que a afirmação é verdadeira, apesar de expressar algo que poderia ser diferente do que é (pois é óbvio que aquela barra poderia ser mais comprida, ou menos comprida, do que realmente é). Mais importantes, e mais numerosos, são os exemplos apresentados de verdades necessárias que só podem ser conhecidas por procedimentos empíricos: a água é H<sub>2</sub>O, o ouro tem o número atómico 79, a luz é um feixe de fotões, o calor é o movimento das moléculas, os relâmpagos são descargas eléctricas, as baleias são mamíferos, etc. O modo como Kripke analisa estes exemplos e justifica o seu carácter metafisicamente necessário é muito interessante e resulta numa maneira de encarar o conhecimento científico, que contrasta fortemente com o que podemos encontrar num filósofo empirista como Quine, para quem as teorias científicas são estruturas linguísticas subdeterminadas pelos dados disponíveis, que nos ajudam a prever e a controlar «estimulações dos nossos receptores sensoriais» à luz das estimulações passadas. Em clara oposição a qualquer forma de anti-realismo, Kripke considera que a investigação científica é um empreendimento que, quando é bem-sucedido, descobre a própria essência das coisas, sejam elas espécies, substâncias ou fenómenos naturais.

Kripke recupera, portanto, o essencialismo da filosofia tradicional, de matriz aristotélica. O próprio Quine costumava caracterizar o essencialismo dizendo que consistia em considerar que os objectos têm algumas propriedades que são necessárias. Mas quando se tratava de esclarecer a noção de *necessidade*, o que Quine tinha para dizer era, invariavelmente, que uma afirmação com a forma «necessariamente *p*» será

verdadeira se e somente se o enunciado que ocupa o lugar de «*p*» for analítico. E um enunciado será analítico se for verdadeiro apenas em virtude do significado dos termos que o compõem (havendo duas espécies principais de tais enunciados: as verdades lógicas e os enunciados que se deixam reduzir a verdades lógicas quando substituirmos certos termos por expressões sinónimas que os definem). Ora, um facto histórico muito significativo é que, até Kripke, todos os intervenientes no debate provocado pela objecção de Quine à lógica modal entenderam a necessidade com base nesta noção de analiticidade. Isso é muito claro no caso de Ruth Marcus: quando defende que todas as identidades são necessárias, Marcus vê-se na situação insólita de ter de defender que «Héspero é Fósforo» é uma verdade analítica, determinada pelas regras semânticas da linguagem, e que poderia ser conhecida *a priori* pela simples consulta de um bom dicionário! Uma das principais inovações de Kripke foi precisamente ter recuperado o velho sentido *metafísico* da necessidade, de acordo com o qual quando afirmamos, por exemplo, que as baleias são necessariamente mamíferos, não estamos a querer dizer que basta compreendermos a frase «as baleias são mamíferos» para sabermos que é verdadeira, nem sequer que uma baleia não-mamífero seria totalmente inconcebível, mas, mais literalmente, que ser um mamífero é o que, entre outras coisas, *ser uma baleia é*, de tal modo que, devido a essa natureza intrínseca, nenhum ser poderia ser uma baleia sem ser um mamífero. Não se trata aqui de um essencialismo trivial, em que somente propriedades formais ou lógicas, como o ser idêntico a si próprio, seriam reconhecidas como necessárias. Pois Kripke considera que «pode muito bem descobrir-se a essência empiricamente» (p. 174). Há páginas de *O Nomear e a Necessidade* que ficarão por muito tempo associadas à reabi-

litação da metafísica como disciplina filosófica, de que Kripke foi um dos principais responsáveis e que modificou consideravelmente o panorama da filosofia contemporânea. Trata-se, nomeadamente, das páginas em que se defende que a origem de um objecto, ou a sua constituição material, é uma das suas propriedades essenciais. Além de analisar alguns exemplos (a rainha Isabel II de Inglaterra não poderia ter sido filha do presidente Truman, a mesa de madeira que tenho à minha frente não poderia ter sido feita de água congelada do Tamisa), Kripke esboça um argumento quase-formal (cf. p. 178, nota 56) em defesa desta tese, o qual se revelou especialmente controverso.

Mas voltemos à necessidade da identidade e ao exemplo «9 é o número de planetas» dado por Quine, que Kripke equipara a outros como «Benjamin Franklin é o homem que inventou as lentes bifocais» ou «Gödel é o homem que demonstrou a incompletude da aritmética». Perante casos tão flagrantes de contingência, como se pode manter aquela tese? É importante observar que, nestes exemplos, a identidade é afirmada usando, de um lado, nomes próprios («9», «Franklin», «Gödel») e, do outro, descrições definidas, isto é, expressões com a forma «o objecto (ou indivíduo) que é (ou que fez) tal e tal». De acordo com a teoria das descrições definidas de Russell<sup>5</sup>, nomes e descrições são expressões de categorias muito diferentes, de tal modo que um enunciado com a forma gramatical «*a* é o indivíduo que fez *F*» não é realmente uma simples afirmação de identidade, mas antes uma afirmação mais complexa cuja forma lógica pode ser indicada através da seguinte paráfrase: «Existe um e um só

<sup>5</sup> Bertrand Russell, «On Denoting», *Mind*, 14 (1905), pp. 479-493. Reimpresso em Bertrand Russell, *Logic and Knowledge*, Londres: Routledge, 1992, pp. 41-56.

indivíduo que fez *F* e *a* é esse indivíduo»<sup>6</sup>. Embora manifeste simpatia pela teoria das descrições de Russell, Kripke desvia-se dela ao tratar as descrições como designadores, isto é, como termos que teriam sentido por si próprios e que serviriam para referir um objecto. No caso de uma descrição definida como «o inventor das lentes bifocais», se existe um e um só indivíduo que inventou as lentes bifocais, esse indivíduo é o referente da descrição. Quem inventou realmente essas lentes foi Franklin e, por isso, no mundo actual, é ele o referente da descrição. Mas quando falamos de modalidades, consideramos também situações contrafactuais, que não aconteceram mas poderiam ter acontecido — aquilo a que se tornou habitual chamar «outros mundos possíveis». Num mundo possível em que não foi Franklin, mas sim um dos seus irmãos, que inventou as lentes bifocais, será esse irmão o referente da descrição. Portanto, o referente de uma descrição é, em cada mundo possível, o objecto ou indivíduo (se existir algum) que, nesse mundo, satisfaz as condições incluídas na descrição. Esta flexi-

<sup>6</sup> A teoria de Russell prevê que, quando um operador frásico — como a negação ou o operador de necessidade — é aplicado a uma frase do género de «9 é o número de planetas», o enunciado resultante é ambíguo, podendo expressar dois pensamentos diferentes, em muitos casos com valores de verdade distintos. Kripke refere-se a essas *ambiguidades de âmbito* nas pp. 115-116 (e na nota 25), dando como exemplo o contraste entre pensar, acerca do homem que ensinou Alexandre (*i.e.*, acerca de Aristóteles), que ele poderia não ter ensinado Alexandre e pensar que poderia ter acontecido o seguinte: o homem que ensinou Alexandre não ensinou Alexandre; o primeiro pensamento é verdadeiro, mas o segundo é logicamente falso. Uma tentativa muito influente de resolver o paradoxo de Quine com base nestas distinções de âmbito e no princípio russelliano de que as descrições são símbolos incompletos (sem referente) que se definem em contexto foi a de Arthur F. Smullyan, «Modality and Description», *Journal of Symbolic Logic*, 13, 1948, pp. 31-37.

bilidade das descrições torna evidente que a necessidade da identidade não se aplica em geral a afirmações que usam descrições como, por exemplo, «o inventor das lentes bifocais é o inventor do pára-raios». Há obviamente mundos possíveis em que não foi a mesma pessoa a inventar as duas coisas.

E que dizer dos nomes, isto é, dos nomes próprios como «Franklin», «Paris» ou «Grécia»? Para cada nome, como é que se determina o objecto por ele referido, em cada situação ou mundo possível? Um dos principais objectivos de Kripke em *O Nomear e a Necessidade* é refutar a chamada «teoria descritivista dos nomes», que dominava a filosofia da linguagem desde o início do século. Embora costume atribuir a teoria descritivista aos seus fundadores, Frege e Russell, Kripke não está aqui interessado em fornecer uma interpretação exacta do pensamento de cada um destes autores e das óbvias diferenças entre eles. O seu alvo preferencial é *uma ortodoxia*, quer dizer, uma teoria dos nomes que considera ser aceite pela generalidade dos filósofos, a qual tem na sua base um conjunto de ideias formuladas por Frege e por Russell, mas que também incorpora desenvolvimentos posteriores, como é, por exemplo, a chamada «teoria do feixe». O elemento central da teoria descritivista é a ideia de que cada nome está estreitamente associado a uma descrição do objecto nomeado. Isto é especialmente plausível a respeito dos nomes de figuras históricas. Visto que não conheci pessoalmente Aristóteles, a quem é que me refiro quando uso o nome «Aristóteles»? Os descritivistas respondem que me refiro, muito provavelmente, ao autor das obras que compõem o *Corpus Aristotelicum*. Do mesmo modo, quando uso o nome «Manuel Arriaga», devo estar a referir-me ao homem, que não conheci, mas que sei ter sido o primeiro presidente da República Portuguesa. Russell dizia que, quando uso um destes

nomes, o pensamento que está na minha mente só pode ser expresso de modo explícito se substituirmos o nome pela descrição associada — pois julgava que um indivíduo que não conheci directamente não pode fazer parte do meu pensamento. Como é óbvio, isto levantava a questão de saber se os diversos falantes de uma língua entendem da mesma maneira os nomes que usam, isto é, se as descrições que associam a cada nome são as mesmas ou se são diferentes. Outra dificuldade, talvez ainda mais básica, é que o utilizador de um nome, se lhe perguntarem qual é a descrição que associa a esse nome, pode naturalmente responder que associa várias descrições e que não consegue escolher uma só. Devo associar «Aristóteles» a «o autor das obras do *corpus*», a «o fundador do Liceu» ou a «o criador da silogística»? Diversos filósofos responderam a isto dizendo que associamos ao nome não uma descrição única, mas um conjunto — ou algo mais vago: um feixe — de descrições, e que, para os diversos utilizadores do nome, o seu referente é o objecto que satisfaz a maioria, ou uma maioria ponderada, dessas descrições.

Na concepção descritivista há maneiras diferentes de caracterizar a relação entre o nome e a descrição (ou o feixe de descrições) que lhe está associada. Uma interpretação bastante frequente de Frege diz que o *sentido* de um nome (por oposição ao seu referente) é dado por uma descrição. Russell preferia dizer que o nome *abrevia* uma descrição. Outros autores dirão antes que o nome é sinónimo da descrição ou que o nome se define pela disjunção das descrições que fazem parte do feixe que lhe está associado. Outros ainda consideram que os nomes não têm significado linguístico, mas que o objecto por eles referido é determinado pelo feixe de descrições associado. Kripke não está muito interessado nos pormenores de cada uma destas versões, pois considera que a concepção descritivista está radi-

calmente errada, nos seus traços mais gerais e básicos, independentemente do modo como seja depois desenvolvida. Ainda assim, distingue duas versões principais do descritivismo — o descritivismo como teoria do significado dos nomes e o descritivismo como teoria acerca do modo como é fixada a referência dos nomes — e comenta que é sobretudo a primeira que faz dele uma teoria poderosa e elegante, e que explica a atracção que exerceu durante tanto tempo. Num esforço para isolar o que seria o núcleo fundamental do descritivismo, partilhado por todas as suas variantes, Kripke formula um conjunto de teses características. As mais importantes são as seguintes: (i) cada nome tem uma colecção *C* de propriedades que lhe corresponde, de tal modo que um utilizador do nome acredita que o seu referente tem as propriedades incluídas em *C*; (ii) o utilizador do nome acredita que uma ou algumas das propriedades incluídas em *C* seleccionam um e um só objecto; (iii) se há um e um só objecto que tem a maioria, ou uma maioria ponderada, das propriedades incluídas em *C*, então esse objecto é o referente do nome; (iv) se não há nenhum objecto único que tenha essa maioria (ponderada) de propriedades, então o nome não tem referente. As diversas objecções que Kripke dirige a estas teses, e às suas consequências, podem ser classificadas em três grupos: argumentos modais, argumentos epistémicos e argumentos semânticos. O objectivo destes argumentos é mostrar que a teoria descritivista está errada desde a sua base e que, por isso, nenhuma rectificação ou aperfeiçoamento poderá salvá-la, devendo antes procurar-se uma nova abordagem.

Na sua versão mais forte, enquanto teoria do significado, o descritivismo considera que o significado de um nome próprio é dado por uma descrição definida. Esta ideia tem uma consequência inaceitável, a qual

foi apontada por John Searle quando propôs o feixe de descrições como aperfeiçoamento da teoria<sup>7</sup>. Efectivamente, se o nome «Aristóteles» significasse «o autor das *Categorias* e do *De Interpretatione* e dos *Primeiros Analíticos*, etc.», isso implicaria que uma afirmação como «Aristóteles escreveu as *Categorias*» seria uma verdade analítica, exactamente do mesmo modo que «nenhum homem solteiro é casado» é uma verdade analítica, devido ao facto de o termo «solteiro» significar «que ainda não se casou». Mas as verdades analíticas são verdades necessárias, enquanto ser autor das *Categorias* é uma propriedade contingente de Aristóteles. Para evitar esta consequência, Searle propõe que o significado do nome é dado, não por uma, mas por um feixe de descrições. Nesta perspectiva modificada não tem de haver uma propriedade única que Aristóteles possua necessariamente, mas há uma colecção mais ou menos vasta de propriedades tais que Aristóteles possui necessariamente um número suficiente delas. Segundo Kripke, esta modificação deixa intacto o problema, uma vez que Aristóteles poderia não ter nenhuma das propriedades que geralmente lhe atribuímos. As propriedades que geralmente associamos a Aristóteles são propriedades contingentes, por isso, não podem ser elas que definem o significado do nome «Aristóteles». Este argumento modal põe em relevo uma diferença importante no comportamento semântico de nomes próprios e descrições definidas. Quando dizemos, por exemplo, «o professor de Alexandre poderia não ser filósofo», estamos a considerar uma situação contrafactual ou um mundo possível no qual Alexandre foi ensinado por um e um só homem (que não tem de ser Aristóteles), o qual não seria um filósofo.

<sup>7</sup> John R. Searle, «Proper Names», *Mind* 67, 1958, pp. 166-173. Veja-se a citação de Searle na p. 115.

sofo. Quando usamos uma descrição para descrever uma situação contrafactual, referimo-nos ao indivíduo, seja ele qual for, que satisfaz a descrição *nessa situação*. Mas quando usamos um nome, o que se passa é muito diferente. Se dizemos que Aristóteles poderia não ser filósofo, ou que poderia nunca ter saído de Estagira e ter morrido muito jovem, é sempre de *Aristóteles* que estamos a falar. Estamos a considerar situações possíveis nas quais Aristóteles não tem as propriedades que tem no mundo actual, mas em todas elas «Aristóteles» refere-se a Aristóteles. Para caracterizar esta diferença, Kripke introduz a noção teórica de *designador rígido*: um designador rígido é um termo singular que designa o mesmo objecto em todos os mundos possíveis. A tese de que os nomes próprios são designadores rígidos<sup>8</sup> é uma das principais teses positivas defendidas em *O Nomear e a Necessidade*. Ao contrário dos nomes, as descrições não são designadores rígidos; e o que os argumentos modais fazem é explorar esta diferença fundamental para mostrar que o significado dos nomes não pode ser dado por meio de descrições.

Os argumentos epistémicos contra o descritivismo têm por alvo principal a tese (ii), segundo a qual o

<sup>8</sup> A questão de saber se um nome continua a designar o mesmo objecto nos mundos possíveis em que esse objecto não existe é controversa. As declarações de Kripke a esse respeito parecem ser divergentes: confronte-se a resposta afirmativa dada na nota 21 do prefácio de 1980 (nas pp. 64-65) com a resposta negativa dada em «Identity and Necessity» (in Kripke, *Philosophical Troubles*, op. cit., p. 10) e com a resposta neutra relatada por David Kaplan em «Afterthoughts» (in *Themes from Kaplan*, ed. por J. Almog, J. Perry e H. Wettstein, Nova Iorque: Oxford University Press, 1989, pp. 569-570 e nota 8). Veja-se também, sobre esta questão, Nathan Salmon, *Reference and Essence*, Princeton: Princeton University Press, 1981, pp. 31-41.

utilizador de um nome acredita que um certo conjunto de propriedades associadas ao nome é tal que existe um e um só objecto que as possui. Contra isto, Kripke aponta exemplos em que muitas pessoas usam um nome  $N$  sem que consigam realmente responder à pergunta «Quem é (ou foi)  $N$ ?» fornecendo uma descrição que só o referente do nome satisfaria. Assim, muita gente usa o nome «Cícero» ou o nome «Feynman» sabendo muito pouco a respeito dos seus referentes. No máximo, serão capazes de dizer algo como: «Foi um famoso orador romano», ou: «Acho que é um físico», sem que julguem que isso é suficiente para identificar o homem a que se referem. Outro exemplo explorado por Kripke é o daquelas pessoas que falam de Einstein, que o identificam como «o homem que descobriu a teoria da relatividade» e que a única coisa que sabem acerca da teoria da relatividade é que foi descoberta por Einstein. Isto é também um contra-exemplo à tese (ii), porque realmente a descrição que estas pessoas estão a fornecer para identificar Einstein mais não é do que «o homem que descobriu a teoria que descobriu»<sup>9</sup>, o que está longe de ser exclusivo dele.

Além disso, tal como sabemos *a priori* que um indivíduo solteiro não é casado, também deveríamos saber *a priori*, se o descritivismo estivesse certo, que Aristóteles escreveu as *Categorias*. E, em geral, sendo  $P$  uma das propriedades que definem um nome  $N$ , deveria ser inconcebível que um utilizador competente de  $N$  viesse a descobrir que, afinal, ao contrário do que julgava, o referente de  $N$  não tem a propriedade  $P$ . Mas

<sup>9</sup> Veja-se também a condição de não-circularidade formulada nas pp. 123-124 e 128, e o seu uso para criticar a teoria segundo a qual a propriedade que define e fixa a referência de um nome  $N$  é a propriedade de ser o indivíduo chamado  $N$  (nas pp. 129-130).

é óbvio que coisas como ter escrito as *Categorias* ou ter sido professor de Alexandre não são coisas que possamos saber *a priori* acerca de Aristóteles, nem são coisas a respeito das quais não seja possível virmos um dia a descobrir que estamos enganados.

As teses (iii) e (iv) são os alvos principais dos argumentos semânticos contra o descritivismo. A primeira diz que se um conjunto de condições contempladas no «feixe de descrições» é satisfeito por um e um só objecto, então esse objecto é o referente do nome. A segunda acrescenta que, se não há nenhum objecto único desses (que satisfaça um conjunto de condições contempladas no «feixe de descrições»), então o nome não tem referente. Kripke apresenta contra-exemplos para ambas. Um deles é um exemplo imaginário, concebido por Kripke e que se tornou muito conhecido. O exemplo é acerca de Gödel, o lógico que se tornou especialmente famoso por ter demonstrado (em 1931) a incompletude da aritmética. Em geral, as pessoas que usam o nome «Gödel» conhecem-no como o homem que demonstrou a incompletude da aritmética. Kripke imagina então que não foi realmente Gödel, mas sim um outro indivíduo, Schmidt, quem demonstrou a incompletude. Sem que ninguém até hoje tenha descoberto, Gödel apoderou-se do manuscrito e publicou-o como se fosse seu. De acordo com a tese (iii), quando usamos o nome «Gödel», deveríamos então estar a referir-nos a Schmidt, pois é afinal Schmidt o homem que demonstrou a incompletude. Mas, de facto, mesmo que a fraude imaginada por Kripke tivesse ocorrido, é a Gödel que nos referimos quando usamos o seu nome. Podemos estar enganados na nossa atribuição do teorema e, no entanto, usar correctamente o nome «Gödel» para nos referirmos a Gödel. Por outro lado, também há casos em que usamos um nome acreditando que o seu referente é o único indivíduo que

fez uma certa coisa, quando, na verdade, essa coisa foi feita por várias outras pessoas. Kripke dá como exemplo o facto de muitas pessoas falarem de Einstein pensando que ele inventou a bomba atômica. Uma vez que a bomba atômica foi obra de uma equipa (a que Einstein não pertencia), a tese (iv) prevê que esses usos de «Einstein» não teriam referente. Mas é claro que isso não é assim. As pessoas que julgam erradamente que Einstein foi o inventor da bomba atômica não deixam, por isso, de se referir a Einstein quando usam o seu nome.

Kripke considera que o conjunto de argumentos que apresentou é suficiente para mostrar, de forma conclusiva, que a teoria descritivista dos nomes, em qualquer das suas versões, está radicalmente errada. Não se trata apenas de defender que há erros localizados ou insuficiências diversas na teoria descritivista. O que se passa, na perspectiva de Kripke, é antes que «a concepção de conjunto que esta teoria nos dá sobre como se determina a referência [dos nomes] parece estar errada desde as suas bases» (p. 154). Quando tenta caracterizar o que seria o «erro fundamental» do descritivismo, Kripke descreve por vezes uma situação em que uma pessoa está sozinha num quarto, completamente isolada de todas as outras, e determina para si própria que o referente de um nome *N* é um indivíduo distante (no espaço e no tempo), com o qual nunca teve contacto perceptivo — numa tal situação, pareceria natural o recurso a uma descrição definida, ou a uma multiplicidade de descrições, para determinar o referente do nome. Mas se não é assim que os nomes que usamos adquirem uma referência, como é que isso acontece? Kripke afirma que não tem uma teoria alternativa para apresentar. Em particular, declara que não dispõe de um conjunto de condições necessárias e suficientes capazes de analisar o que é *referir um objecto*

(com um nome). Em vez disso, apresenta alguns elementos do que considera ser «uma imagem melhor» da prática real de nomear pessoas e coisas. Uma vez que esta «imagem melhor» assenta numa noção central de *cadeia causal*, a proposta positiva de Kripke ficou conhecida e é mencionada na literatura como «abordagem (ou teoria) causal da referência». Esta nova abordagem começa por sublinhar que, enquanto falantes, somos membros de uma comunidade. A generalidade dos nomes que usamos não foram criações nossas: eles têm uma história mais ou menos longa e chegaram até nós por via da nossa interacção comunicativa com outros falantes; essa história anterior que cada nome — ou que cada *uso* de um nome — tem contribui decisivamente para lhe conferir uma referência. O descritivista erra ao supor que a explicação para a referência dos nomes *que eu uso* se deve encontrar *exclusivamente em mim próprio*, nos meus estados ou processos internos e privados. Os argumentos de Kripke mostraram, pelo contrário, que muitas vezes o utilizador de um nome sabe muito pouco, ou pode estar bastante equivocado, a respeito do objecto que refere — e, no entanto, refere-se a esse objecto. Não é nenhum mistério que o falante consiga referir-se a pessoas e coisas que nunca viu e de que sabe tão pouco, se tivermos em conta que ele o faz em virtude da sua pertença a uma comunidade no seio da qual o nome foi transmitido, com a referência que tem, de falante para falante, «de elo em elo», ao longo de uma cadeia causal que se estende desde o «primeiro uso» — aquilo a que Kripke chama «o baptismo inicial» — até ao uso presente, aqui e agora.

O que Kripke diz acerca do baptismo inicial e acerca da transmissão do nome na cadeia de comunicação é assumidamente muito esquemático e insuficiente enquanto teoria da referência. Os casos mais simples

e frequentes de baptismo inicial são aqueles em que um objecto é nomeado por ostensão: na presença de um objecto, e apontando possivelmente para ele, um certo nome é-lhe atribuído, nome esse que depois se espalhará e chegará a ser usado por outros falantes que não participaram no baptismo. Mas Kripke também considera casos de baptismo sem ostensão. O melhor exemplo que dá é o da descoberta de Neptuno. Este planeta foi baptizado tendo por base, não uma observação empírica directa, mas uma conjectura astronómica: a existência de um planeta numa certa posição parecia a melhor explicação para as perturbações observadas na órbita de Úrano. Aqui, a concepção descritivista parece ter aplicação, pois a referência do nome «Neptuno» foi inicialmente fixada pela descrição «o planeta que causa tais e tais perturbações na órbita de Úrano». No entanto, Kripke insiste em que a sua caracterização destes baptismos por descrição se distingue claramente, em diversos aspectos, da teoria descritivista dos nomes. Desde logo, porque estes baptismos por descrição são relativamente raros, enquanto o descritivismo pretende ser uma teoria geral dos nomes. Depois, porque o nome «Neptuno» e a descrição que lhe fixou inicialmente a referência continuam a ter comportamentos semânticos muito distintos, uma vez que o nome designa rigidamente Neptuno em todas as situações possíveis, enquanto a descrição não é rígida. Pois há, sem dúvida, situações contrafactuais em que seria verdade dizer que Neptuno está tão distante que em nada perturba a órbita de Úrano. Além disso, na perspectiva de Kripke, a descrição fixou a referência dos usos de «Neptuno» na fase do baptismo, mas não é ela que fixa a referência dos usos posteriores do nome. Um utilizador competente do nome não tem hoje de conhecer a condição descritiva por meio da qual se fez o baptismo.

A respeito da transmissão do nome ao longo da cadeia causal que liga os seus diversos usos por diferentes falantes, Kripke observa que ela tem de obedecer a certas condições para que seja também uma transmissão *da referência*. Como ele diz, «nem todo o género de cadeias causais que se estendem de mim até um certo homem conseguirão fazer-me referir esse homem» (pp. 153-154). Uma condição necessária para que a cadeia de comunicação transmita adequadamente a referência é que cada falante, quando aprende ou recebe um nome de outro falante, tenha a intenção de usar o nome para se referir ao mesmo objecto que o outro falante referia quando usava o nome. É isso que não acontece, por exemplo, quando adopto «Napoleão» como nome para o meu cão.

As últimas páginas de *O Nomear e a Necessidade*, no final da terceira palestra, ilustram bem aquilo que Kripke anuncia no início da primeira palestra: embora os temas centrais da obra sejam temas muito circunscritos de filosofia da lógica e de filosofia da linguagem — como a necessidade da identidade, a tese da designação rígida e a crítica à teoria descritivista dos nomes —, as suas implicações estendem-se a muitas outras áreas e problemas da filosofia. Mencionei já consequências relevantes para a filosofia da ciência e para a metafísica. Nas últimas páginas, Kripke ocupa-se da filosofia da mente. Nesta área, os filósofos contemporâneos são predominantemente materialistas (ou «físicistas», como muitos preferem dizer) e rejeitam o dualismo cartesiano segundo o qual a alma e o corpo seriam duas substâncias distintas. Nos anos cinquenta, Ullin Place, Herbert Feigl e J. J. C. Smart formularam, como alternativa ao behaviorismo lógico de Gilbert Ryle, a chamada «teoria identitativa da mente», que tem como tese central a afirmação de que os estados mentais mais não são do que estados físicos do cérebro.

Num conhecido e influente livro publicado em 1968, com o título *A Materialist Theory of the Mind*<sup>10</sup>, D. M. Armstrong caracteriza a teoria identitativa como uma perspectiva que, à pergunta: «O que é um homem?», responde que é um objecto material com propriedades exclusivamente físicas; e que, à objecção: «Mas o homem pensa, sente e deseja, isto é, tem uma mente, que é algo que não existe no mundo físico», responde muito simplesmente que a mente é o cérebro. *O Nomear e a Necessidade* termina com uma surpreendente crítica a esta teoria<sup>11</sup>, na qual Kripke aplica à alegada identidade mente-cérebro as ideias que antes desenvolveu a respeito da identidade, da necessidade e da contingência, dos designadores rígidos e não-rígidos e das identificações teóricas descobertas pela ciência.

Nos seus traços mais gerais, o argumento antimaterialista de Kripke é do seguinte género: se a mente é o cérebro, então eles são necessariamente idênticos; mas o cérebro poderia existir sem a mente; logo, a mente não é o cérebro. A primeira premissa é uma aplicação do princípio da necessidade da identidade. E a segunda premissa corresponde a uma intuição muito forte, que é reconhecida e partilhada pela generalidade dos filósofos, tanto dualistas como materialistas. De facto, o materialismo visado por Kripke afirma que as correlações ou correspondências entre estados mentais e estados físicos do cérebro — que, uma vez descobertas pela

<sup>10</sup> Londres: Routledge and Kegan Paul.

<sup>11</sup> Existem diferentes versões da teoria identitativa. Uma distinção habitual é entre (i) a teoria que afirma que cada tipo de estado mental é idêntico a algum tipo de estado físico (a chamada teoria da identidade *tipo-tipo*), e (ii) a teoria que defende que cada estado ou acontecimento mental particular é idêntico a algum estado físico particular (a teoria da identidade *espécime-espécime*). Kripke argumenta contra estas duas versões da teoria, embora dê mais atenção à primeira.

ciência empírica, confirmarão a tese filosófica da identidade — são contingentes. Kripke usa como exemplo a hipótese materialista de que a dor é a estimulação das fibras C<sup>12</sup>. Mesmo para os que defendem esta hipótese (ou outras do mesmo género), parece evidente que a estimulação das fibras C poderia ocorrer no corpo de uma pessoa sem que essa pessoa tivesse dores — por exemplo, os seres humanos poderiam ter uma constituição diferente da que têm, devido à qual essa estimulação lhes provocasse cócegas em vez de dores. Mas o reconhecimento do carácter contingente desta correspondência entre um estado físico e um estado mental não é consistente, insiste Kripke, com a afirmação materialista de que essa correspondência é uma identidade. E o materialista não pode querer assemelhar as supostas identidades entre estados mentais e físicos com identidades como a que se verifica entre o inventor das lentes bifocais e o inventor do pára-raios, porque «dor» e «estimulação das fibras C» (ou o termo científico que a investigação vier a colocar no lugar deste) são designadores rígidos.

Kripke demora-se a considerar e a afastar uma possível objecção ao seu argumento, que exploraria uma analogia entre a identificação materialista e as identificações teóricas que discutiu antes, como, por exemplo, a identificação entre a água e H<sub>2</sub>O, ou entre o calor e o movimento molecular. A objecção consistiria em dizer que em ambos os casos as identidades descobertas são necessárias (e, por isso, o argumento de Kripke teria uma premissa falsa), mas há uma ilusão de contingência que se pode explicar (e que seria responsável pela nossa tendência natural para aceitar a

<sup>12</sup> As fibras C são um dos tipos de fibras nervosas que ligam os receptores da dor — os nociceptores, existentes em diversos tecidos do corpo humano — ao sistema nervoso central.

premissa como verdadeira). Quando antes analisou o caso do calor, Kripke teve o cuidado de distinguir o calor enquanto fenómeno exterior da sensação através da qual o percebemos, e a que chamamos precisamente «sensação de calor». As pessoas que julgam que o calor poderia não ser movimento molecular, e que acham imaginável uma situação em que calor e movimento molecular fossem coisas distintas, estão iludidas. Efectivamente, estão a imaginar uma situação em que não houvesse correspondência entre, por um lado, o movimento das moléculas, ou seja, o calor, e, por outro, a nossa sensação de calor; por exemplo, uma situação em que, em virtude de diferenças no sistema nervoso, a sensação de calor fosse antes causada por feixes de fotões (ou seja, pela luz) e em que o movimento das moléculas (ou seja, o calor) fosse antes percebido por sensações de outro tipo. E é claro que, numa tal situação, o calor, apesar de não ser sentido como calor, seria movimento das moléculas. Não poderia então passar-se o mesmo no caso da dor? Não poderíamos imaginar uma situação em que a dor, sendo idêntica à estimulação das fibras C, não fosse no entanto sentida por nós como dor? Kripke defende que não, e que, por isso, os casos não são análogos. Uma situação em que a estimulação de fibras C não fosse sentida como dor é uma situação em que ela não seria dor, ou seja, em que essa estimulação existiria sem dor. A distinção que fizemos no caso do calor — entre o calor como fenómeno externo e a sensação interna de calor — não pode fazer-se a respeito da dor. Se (em qualquer mundo possível) um certo fenómeno não é sentido como uma dor, então (nesse mundo) esse fenómeno *não é* uma dor; e se ele é sentido como dor, então *é* uma dor. Kripke também explica isto dizendo que os termos «calor» e «dor», apesar de serem ambos designadores rígidos, têm uma diferença importante: a refe-

rência do primeiro foi fixada por uma propriedade accidental do fenómeno (a saber, a propriedade de causar em nós a sensação de calor), enquanto a referência do segundo foi fixada por uma propriedade essencial do fenómeno (a saber, a propriedade de ser sentido como dor). O calor não tem necessariamente de ser sentido como calor, tal como a água não tem necessariamente de ter o aspecto ou as qualidades superficiais que tem. Mas a sensação de dor é uma propriedade essencial de toda a dor. Por conseguinte, se a correlação entre a dor e a estimulação das fibras C é meramente contingente, elas não são o mesmo fenómeno. O mesmo se poderia dizer de outras correlações entre acontecimentos mentais e processos físicos.

Este argumento de Kripke contra a teoria identitativa da mente está longe de ter convencido a generalidade dos filósofos. Pelo contrário, gerou um imenso debate que se prolonga até hoje e do qual resultou uma extensa bibliografia. Numa interessante nota de rodapé no final da discussão, Kripke afirma precisamente que considera que a relação entre a mente e o corpo é um problema «completamente em aberto» e confessa a sua «extrema perplexidade» a seu respeito (p. 229, n. 77). Aí faz também notar que a crítica à teoria identitativa não faz de si um adepto do dualismo cartesiano, até porque o dualismo não parece compatível com a tese da essencialidade da origem (segundo a qual «uma pessoa não poderia ter vindo de um espermatozóide e de um óvulo diferentes daqueles em que efectivamente teve origem») que defendeu antes. Por fim, declara que «não temos uma concepção clara de alma ou de eu» e manifesta simpatia pela «crítica de Hume à noção de um eu cartesiano».

Esta sinopse dos principais temas e problemas tratados em *O Nomear e a Necessidade* revela a grande

originalidade e a riqueza do pensamento filosófico do jovem Kripke, que até aí se tornara conhecido sobretudo como um brilhante e precoce lógico matemático. Desencadeadas pelo trabalho inicial em lógica modal (que levou à criação da semântica dos mundos possíveis) e pela reflexão subsequente sobre a objecção de Quine e sobre o problema de encontrar uma interpretação intuitivamente aceitável para os sistemas de lógica modal quantificada, estas ideias foram sendo desenvolvidas ao longo da década de 1960, sem que no entanto daí resultasse qualquer publicação. Finalmente, em Janeiro de 1970, Kripke deu três palestras em Princeton, que foram gravadas e posteriormente transcritas. A transcrição, revista pelo autor e enriquecida com notas de rodapé, foi publicada em 1972, num volume colectivo organizado por Donald Davidson e Gilbert Harman. Apesar do trabalho de revisão, a publicação preserva as marcas da oralidade que esteve na sua origem. O leitor quase pode assim «ouvir» Kripke desenvolver o seu pensamento, livremente, sem o apoio de um texto ou sequer de notas escritas, seguindo apenas um plano muito rudimentar dos assuntos que pretendia abordar (e de alguns que tinha decidido *não* abordar, como, por exemplo, o problema da existência). Uma decisão a que Kripke permanece fiel durante todo o trabalho é a de manter a exposição isenta de qualquer aparato técnico. E é, de facto, admirável a capacidade que demonstra de explicar questões difíceis, que envolvem distinções bastante subtis, de uma maneira que parece acessível a qualquer um. Além de um pensador criativo e profundo, Kripke é um óptimo comunicador. A clareza da sua exposição é exemplar. Para isso também contribui o recurso constante a exemplos, muitos dos quais se tornaram clássicos da filosofia contemporânea. Embora seja um pensador com interesses vastos, Kripke não parece

estar interessado em construir um sistema filosófico. O seu modo de fazer filosofia é mais localizado: encontra um problema que o deixa perplexo e dedica-se a ele intensamente, procurando esclarecê-lo e, se possível, resolvê-lo. Se o trabalho num problema de uma área o leva muitas vezes a apreciar as consequências que poderá ter para outras áreas, isso acontece não em virtude de uma vontade de sistema, mas como resultado da própria concentração e da determinação com que segue cada ideia até onde ela o levar.

As reacções à publicação de «O Nomear e a Necessidade» foram várias e imediatas. Muitos consideram que esta obra revolucionou a filosofia. De modo mais cauteloso, talvez possamos dizer que a renovou. Teve a audácia de questionar «certezas» antigas e o mérito de abrir direcções novas. No final da década de 1970, eram já centenas as publicações que de um modo ou de outro se lhe referiam, discutindo as suas teses e argumentos ou explorando as suas consequências. Em 1980, surgiu *O Nomear e a Necessidade* como livro, com um novo prefácio em que o autor explica um pouco a origem das ideias nele contidas e esclarece alguns pontos, procurando desfazer incompreensões e dissipar equívocos que julga ter detectado nalguns leitores. De então para cá, o número de artigos, livros e dissertações escritos sobre aspectos desta obra, ou por ela influenciados, cresceu exponencialmente. Muitas das questões aqui levantadas continuam a ser debatidas, sem que os participantes tenham chegado a acordo. Entretanto, o pensamento de Kripke continuou a desenvolver-se em diversas áreas. Vários artigos seus surgiram, desde os anos setenta até hoje, em revistas e volumes de filosofia. Em 1982, publicou um livro influente, e também muito discutido, sobre o famoso «argumento da linguagem privada» apresentado nas

*Investigações Filosóficas* de Wittgenstein<sup>13</sup>. Recentemente, foi publicado o primeiro volume dos seus *Collected Papers*<sup>14</sup>. Enquanto se aguardam os próximos volumes, sabe-se que muitos trabalhos seus continuam inéditos. É ainda muito cedo para dizer qual será o lugar de Kripke na história da filosofia. Mas, à distância de quarenta anos, parece-me seguro dizer que *O Nomear e a Necessidade* tem lugar reservado entre as principais obras da filosofia do século XX.

Apesar da já referida clareza de exposição, o leitor que pretenda fazer um estudo mais aprofundado de *O Nomear e a Necessidade* deve ter em conta que é uma obra que dialoga e se confronta com teses, teorias e concepções filosóficas anteriores. Poderá, por isso, querer preparar-se para esse estudo, ou acompanhá-lo, com a leitura de algumas obras através das quais possa obter um conhecimento independente dessas perspectivas anteriores. Eis então uma sugestão económica de leituras preparatórias básicas:

GOTTLOB FREGE (1891), «Funktion und Begriff», in *Kleine Schriften*, ed. I. Angelelli, Hildesheim: Georg Olms, 1967, pp. 125-142. Tradução inglesa de Peter Geach: «Function and Concept», in *The Frege Reader*, ed. M. Beaney, Oxford: Blackwell, 1997, pp. 130-148.

GOTTLOB FREGE (1892), «Über Sinn und Bedeutung», in *Kleine Schriften*, *op. cit.*, pp. 143-162. Tradução inglesa de Max Black, in *The Frege Reader*, *op. cit.*, pp. 151-171.

BERTRAND RUSSELL (1919), *Introdução à Filosofia Matemática*, trad. Adriana Silva Graça, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2007, cap. XVI: «Descrições», pp. 243-261.

<sup>13</sup> Saul A. Kripke, *Wittgenstein on Rules and Private Language*, Oxford: Basil Blackwell, 1982.

<sup>14</sup> Saul A. Kripke, *Philosophical Troubles: Collected Papers, Volume I*, Nova Iorque: Oxford University Press, 2011.

- BERTRAND RUSSELL (1912), *Os Problemas da Filosofia*, trad. Desidério Murcho, Lisboa: Edições 70, 2008, cap. 5: «Conhecimento por contacto e conhecimento por descrição», pp. 107-118.
- P. F. STRAWSON (1959), *Individuals*, Londres: Routledge, 1996, cap. 6: «Subject and predicate (2): logical subjects and particular objects», pp. 180-213.
- JOHN R. SEARLE (1969), *Os Actos de Fala*, trad. Maria Stela Gonçalves, Coimbra: Almedina, 1981, cap. 7: «Problemas de Referência», pp. 207-229.
- KEITH DONNELLAN (1966), «Reference and Definite Descriptions», *Philosophical Review*, 75, pp. 281-304.
- W. V. QUINE (1953/1961), «Reference and Modality», in Quine, *From a Logical Point of View*, 2.<sup>a</sup> ed. rev., Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1980, pp. 139-159.
- ARTHUR F. SMULLYAN (1948), «Modality and Description», *Journal of Symbolic Logic*, 13, pp. 31-37.
- RUTH BARCAN MARCUS (1961), «Modalities and Intensional Languages», in Marcus, *Modalities*, Nova Iorque: Oxford University Press, 1993, pp. 5-23.
- HILARY PUTNAM (1970), «Is Semantics Possible?», in Putnam, *Mind, Language and Reality*, Cambridge: Cambridge University Press, 1975, pp. 139-152.
- D. M. ARMSTRONG (1968), *A Materialist Theory of the Mind*, Londres: Routledge and Kegan Paul.

RICARDO SANTOS  
Universidade de Évora  
Outubro de 2012